

Indisciplina e violência, outra vez

Poucos temas merecem, hoje, tanta atenção da opinião pública como o da indisciplina e violência na Escola. São disso exemplo o largo destaque que a imprensa falada e escrita lhe confere, as medidas administrativas e pedagógicas que são tomadas pelo Ministério da Educação e pelas escolas, a frequência com que ocorrem os chamados conselhos disciplinares, a policialização da escola, os protocolos especiais de segurança celebrados entre os Ministérios da Educação e da Administração Interna, o reforço das estruturas físicas de protecção em torno da escola e, noutro plano, a organização de encontros, seminários, conferências, acções de formação e iniciativas congêneres que se vão realizando, um pouco por todo o lado, tendo o tema como referência.

Esta aguda sensibilidade às questões da violência e da indisciplina na escola de que dá mostras a opinião pública e que tende a exprimir-se na hiperbolização da segurança e na diabolização da tolerância, constitui um fenómeno social que é, em si mesmo, indissociável da própria emergência da violência e da indisciplina. De facto, contrariamente ao que se possa pensar, essa sensibilidade às questões da violência e indisciplina facilmente passa da condição de efeito reactivo às situações e casos concretos de indisciplina e violência para passar a fazer parte do próprio processo gerador e amplificador dessas situações.

É nestes termos que a questão da indisciplina e da violência na escola não pode ser analisada à luz de uma leitura que a interprete como a expressão de comportamentos individuais desviantes ou de desenvolvimento de tendências anti-sociais inscritas no "material genético" dos indivíduos, como ultimamente certas correntes têm vindo a insinuar, se não mesmo a afirmar, mas como um fenómeno social complexo onde os "bons" e os "maus" fazem intercondicionar os seus comportamentos, não segundo uma relação de causalidade linear, mas segundo uma causalidade complexa cujo desenvolvimento, nas suas relações micro-sistémicas, é, frequentemente, imprevisível. Os "bons" que, por norma, se definem pelo alinhamento com a opinião pública dominante, ao mesmo tempo que também a vão definindo e produzindo, não são assim figuras alheias à produção do próprio fenómeno, como se funcionassem perante ele segundo o estatuto de testemunhas ou observadores.

Em questões tais como as que estão aqui em análise, não se é mero observador, seja porque é da natureza dessas questões instaurar uma relação necessária de conflito e/ou desafio, seja porque, face a elas, ninguém está de fora duma certa cultura, duma determinada forma de vida, dum dado estatuto (de pai, de professor, de autoridade académica ou administrativa). Isso significa que nas questões da indisciplina e da violência (na escola, como fora dela) não se está a observar comportamentos como se fossem factos em si, mas a formular, simultaneamente, juízos de valor de maior ou menor auto-implicação conforme o grau de exposição percebida a esses comportamentos, isto é, conforme o grau de risco que esses comportamentos representam.

É por efeito destes juízos de valor que os próprios factos ou comportamentos "observados" se convertem em "outros" factos, eventualmente diferentes, formal e moralmente, dos que foram praticados pelos seus autores. E são estes "outros factos", diferentes daqueles que supostamente pensamos referir, quando falamos em indisciplina e violência, que constituem um verdadeiro problema social pelos reflexos que assumem na nossa vida quotidiana.

Esta é assim uma questão que vale a pena reflectir. Por isso, continuaremos.